



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

As Representações de Estudantes (Futuros Professores) Sobre a Cidadania das Mulheres

*Cristina Rocha, Helena C. Araújo, Manuela Ferreira, Maria José Magalhães e Fernanda Martins**

Introdução

Esta comunicação pretende apresentar uma investigação desenvolvida em Portugal, na Universidade do Porto, no período 1993-94, sobre as representações de estudantes, de cursos de formação de professores, acerca das mulheres e cidadania. Como parte de um projecto de investigação mais alargado, denominado “*Promoting Equality Awareness: women as citizens*” (Promovendo um conhecimento sobre a igualdade: as mulheres como cidadãos) com investigadores/as de outras três universidades da comunidade europeia (Barcelona - UAB, Cambridge, Department of Education e Thessalonica, Universidade Aristotle), os objectivos são, sobretudo tomando em conta o caso português:

- contribuir para o debate sobre as divisões de género nas escolas, de forma a que as práticas dos/as professores/as possam ser mais explicitamente articuladas com a vida e situação das mulheres na sociedade portuguesa;
- promover o conhecimento de uma nova geração de professores/as do ensino secundário sobre as diferenças de género e as implicações para a educação e o desenvolvimento curricular, contribuindo para formas de igualdade entre rapazes e raparigas;
- contribuir para a construção do currículo escolar pela introdução de questões de género, assim como as dos direitos humanos e sociais, através de um curso sobre educação para a cidadania, procurando contribuir para uma significativa melhoria da situação das raparigas na escola e na sociedade em geral.

Este projecto é financiado pela Comunidade Europeia, no quadro do 3º Programa de Acção Comunitária, intitulado Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens, cujo objectivo é a implementação e desenvolvimento de legislação e outros processos que possam melhorar o estatuto das mulheres na sociedade.

Metodologia

Para atingir estes objectivos, diferentes processos metodológicos foram adoptados na primeira fase deste Projecto: um inquérito a 180 estudantes, tanto homens como mulheres, e entrevistas a orientadores nas escolas e em faculdades com responsabilidade de formação de professores.

Esta comunicação procura dar conta de algumas conclusões do inquérito realizado.

O inquérito é constituído por 5 áreas: além de dados biográficos do/a respondente, procura-se recolher as suas representações sobre “vida pública”, “esfera do trabalho fora de casa”, “vida privada” e “esfera doméstica”, e ainda “educação para cidadania”, através de questões abertas e fechadas. As primeiras foram objecto de uma análise de conteúdo, enquanto as segundas se submeteram à análise estatística.

A análise das questões abertas permitiu coligir informação mais específica. De facto, suscitam e solicitam junto dos/as inquiridos/as justificações, associações de ideias, construção de argumentos. Também suscitam expressões de dúvidas, incertezas, contradições. Por outras palavras, as racionalidades dos/as respondentes, para se posicionarem face à relação entre masculinidade e feminilidade, tornam-se claras neste tipo de questões. A construção do significado e a forma como modela as percepções e visões da realidade social podem ser mais bem compreendidas.

Neste sentido, a análise dos dados do questionário seguiu uma análise compreensiva/subjectiva, ultrapassando uma análise mais descritiva/objectiva. Procuramos um compromisso entre subjectividade, através da interpretação de questões abertas, e objectividade, baseada não

somente nas frequências mas também na interpretação e inferências dos dados quantitativos.

Pôr em questão uma “cidadania parcial”

O desenvolvimento da cidadania e da linguagem dos direitos tem partido de um pressuposto de um “indivíduo” com uma imagem masculina, o que tem sido já muito sublinhado por teóricas do feminismo que acentuam como a linguagem e a construção simbólica em torno dos direitos, ocultam a diversidade trazida pelas mulheres, habitualmente consideradas como o “outro” (Beauvoir 1949). Torna-se central que os mitos homogeneizantes em que se baseou a construção da cidadania sejam equacionados pela escola, porque, caso contrário, só alguns dos seus membros se sentirão membros plenos da comunidade em que se situam. Pode dizer-se que o que as mulheres, como grupo de género, têm a confrontá-las é uma cidadania em que são secundárias ou então invisíveis. Carole Pateman, uma das escritoras da ciência política feminista, argumenta que, em relação à cidadania, as mulheres não foram excluídas de uma forma definitiva e conclusiva: “O estatuto político das mulheres baseia-se num paradoxo forte: as mulheres foram excluídas e incluídas na base das mesmas capacidades e atributos” (Pateman 1992:19). Na base da diferença sexual, as mulheres foram percebidas como não tendo as características requeridas para participarem na vida política, podendo ficar mais nítido como a cidadania foi construída com uma imagem masculina. Como eram sexualmente diferentes, foram excluídas do exercício de uma cidadania, tal como se entendia para os pares masculinos. Sabemos como os debates no sec. XIX, informados por ciências emergentes como a biologia, a craniometria, etc., contribuíram para construir uma imagem da mulher como o sexo “doente”, diminuído, determinado pelos seus genitais, irracional, presa das suas paixões e afectos, etc. No entanto, e simultaneamente, Pateman argumenta que não foram completamente excluídas: foram incluídas como subordinadas, como o “sexo diferente”. Incorporadas na esfera doméstica, percebida como adequada para elas, mas como subordinadas aos homens. Foram excluídas da “sociedade civil”, aqui sinónimo de esfera pública, relativa à economia e ao estado.

O exercício da cidadania foi também definido como o direito ao exercício de um trabalho na esfera pública. T. S. Marshall contribuiu fortemente para esta concepção, acentuando o direito ao trabalho como uma das primeiras linhas definidoras da cidadania — e às mulheres, para muitas, foram precisos muitos anos e muitas lutas para verem reconhecido esse direito. O outro elemento definidor centrou-se em torno de poder defender o seu país como soldados, com armas nas mãos. Destas duas linhas definidoras estavam as mulheres excluídas, e daí podemos concluir como as mulheres foram percebidas como não tendo as qualidades necessárias ao “bom cidadão”, sendo definidas como cidadãos de 2ª classe. A noção de “cidadão” é assim menos universal do que a formulação que Marshall propõe (cf. Pateman 1992).

No entanto, não se pode dizer que as mulheres fossem construídas como não tendo deveres a cumprir para com o Estado-Nação. Elas tinham como mães, através da sua capacidade de gerarem filhos e de transmissoras de uma cultura. E, de facto, o que Pateman encontra na sociedade americana, particularmente através do “republicanismo cívico”, tem semelhanças nas produções discursivas europeias; entre elas, as dos republicanos portugueses das primeiras décadas deste século, em que há um apelo forte a que as mulheres devam, através da sua acção e da sua importância central na esfera doméstica, disseminar a nação republicana, tornando a sua família, em que é suposto desempenharem o papel maternal, em famílias convertidas ao republicanismo. Não é tão só a produção da sua maternidade, mas uma maternidade simbólica que deve alinhar com os ideais republicanos e usar os poderes de que dispõem na esfera doméstica.

Hoje em dia, pode falar-se de uma “cidadania plena” das mulheres? Estamos claramente conscientes que não. Considerem-se as desigualdades na “esfera do trabalho”, onde as mulheres tendem a desempenhar os trabalhos pior remunerados, de menor estatuto, de menor protagonismo social; as desigualdades na “esfera doméstica”, em que falar de uma “casa democrática” ainda nos faz ver a distância a que nos situamos (tanto a dupla tarefa que as mulheres em geral desempenham, como a existência de uma violência doméstica são aspectos que não podem deixar de ser considerados); as desigualdades na “esfera do Estado” (considerado por alguns autores como “espaço da cidadania”) em que a desigual ocupação de cargos públicos por parte das mulheres é um dos aspectos, e que dá forma à “cidadania parcial” com que as vidas femininas se confrontam.

Estamos pois preocupadas com a questão da igualdade entre os géneros, assim como com a igualdade entre outros grupos sociais. Este Projecto, com colegas de outros países europeus, é uma contribuição para uma reavaliação da igualdade entre os mundos masculino e feminino e a sua relação com cidadania, de forma a que as democracias se tornem em lugares em que a diversidade seja respeitada e valorizada como tal.

Na secção seguinte, as linhas principais da análise realizada é apresentada. A consciência da igualdade e as representações sociais que os futuros/as professores/as produziram são analisados, de

forma exploratória, através de três aspectos principais: “vida pública”, “trabalho assalariado”, e “vida privada”.

Consciência da igualdade

Vida pública

A partir da análise das perguntas abertas, podemos afirmar que, em geral, não há representações claras acerca da cidadania por parte dos/as alunos/as, sobretudo no que respeita as divisões de género. Contudo, há uma forte defesa da noção de educação para a igualdade (no que respeita as divisões de classe social, etnia, género e religião) como forma de promover a cidadania com base em direitos e deveres:

"O mundo é composto por homens e mulheres com direitos iguais".

As mulheres são reconhecidas como seres sociais com direito à participação, à liberdade de escolha e opinião, com direito ao trabalho:

"A mulher é parte da população activa. Se as mulheres têm os mesmos deveres perante a lei e têm que pagar impostos, devem ter os mesmos direitos de acesso a ocupações públicas".

As raparigas são as únicas que enfatizam uma maior necessidade de valores como a solidariedade, cooperação e pensamento crítico como centrais na educação das novas gerações. As suas representações acerca da sociedade moderna são definidas pela noção de Lei. Contudo, esta ênfase, parece mais uma apropriação recente, muito provavelmente relacionada com o pós 25 de Abril de 1974, que então desencadeou uma reflexão crítica acerca da situação dos homens e mulheres na sociedade portuguesa. I.é. as suas perspectivas acerca de uma representação igual de homens e mulheres na sociedade deve ser vista como relacionada com o paradigma do “equilíbrio social” — as mulheres e os homens são percebidos como tendo atributos de género diferentes, mas complementares:

"Homens e mulheres são seres humanos complementares a todos os níveis (...) O benefício daí resultante é muito maior, porque resulta da harmonia de sensibilidades".

A maior parte destes atributos são percebidos em termos de uma presumida origem biológica ou como baseados nas diferenças individuais:

"Há diferenças sexuais, se não éramos todos iguais"

Assim, dois discursos contraditórios podem ser identificados: uma lógica discursiva que é apresentada como consensual e se baseia em direitos já adquiridos; e uma outra, presidindo às práticas sociais que aponta para o carácter complementar das diferenças de género. Nesta perspectiva, as desigualdades entre homens e mulheres aparecem como pré-sociais. Além disso, a representação do papel das mulheres como localizado na esfera doméstica é salientado como condicionando a sua participação na vida pública:

"As mulheres com filhos pequenos não deviam trabalhar".

"Os factores biológicos têm grande peso".

A ênfase na complementaridade dos atributos de género como central para a integração e harmonia social claramente contradiz o discurso acerca dos seres sociais definidos pelos direitos. Paradoxalmente, as perspectivas acerca das mulheres definidas com base em atributos de género específicos contribuem para justificar a sua participação na esfera pública, uma vez que estes são avaliados de modo mais positivo do que os atributos masculinos:

"As mulheres têm certas capacidades para lidar com as pessoas e com os problemas".

"As mulheres são mais sensíveis que os homens, devem ser elas a lidar com o público".

Os atributos tradicionais femininos, como sejam a paciência, a sensibilidade, cordialidade,

salientados tanto por estudantes masculinos como femininos, são transpostos para o emprego (trabalho pago). Logo, a integração das mulheres no emprego é facilitado sobretudo em ocupações como é o caso das professoras, assistentes sociais, enfermeiras, através de representação dos presumíveis atributos das mulheres:

"As mulheres têm mais atributos para ocupações relacionadas com a saúde, educação e o cuidado das crianças".

A partir da análise de alguns resultados das perguntas fechadas, pode ser realçado que uma larga percentagem dos/as respondentes concorda que os homens têm muita influência na produção de políticas, como se pode observar no quadro que se segue:

Quadro 1

Influência de homens e mulheres na produção de políticas (resultados das respostas "muito influente")

Produção de políticas	Alunos				Alunas			
	H		M		H		M	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Saúde e segurança social	9	28.1	5	16.1	51	35.2	11	7.5
Educação	6	19.4	6	18.1	33	22.9	29	19.9
Economia	19	59.4	0	0	96	66.2	4	2.7
Residência	14	43.8	2	6.5	54	37.8	4	2.8
Internacional	20	62.5	1	3.2	87	60.4	2	1.4
Imigração	12	37.5	2	6.5	47	32.6	4	2.8
Ambiental	9	28.1	6	19.4	32	22.1	25	17.1
Cultural	6	18.8	7	22.6	39	27.1	16	11.1
Nacional	21	67.7	2	6.3	83	56.8	3	2.1

As mulheres são vistas como tendo influência nas políticas da educação. Contudo, os/as estudantes revelam pouco conhecimento acerca da presença das mulheres na profissão de professoras (somente um terço dos/as respondentes apresentou uma estimativa aproximada da correcta). Também é interessante realçar que os alunos têm uma maior percepção do que as alunas da influência dos homens na produção de políticas, como pode ser observado no seguinte quadro:

Quadro 2

Influência de homens e mulheres na produção de leis (resultados das respostas "muito influente")

Legislação de:	alunos				alunas			
	H		M		H		M	
	N	%	N	%	N	%	N	%
aborto	7	22.6	13	40.6	32	21.9	53	36.1
divórcio	9	29.0	9	28.1	33	22.8	22	15.1
protecção crianças	8	26.7	9	29.0	31	21.2	34	23.1
drogas	12	37.5	5	16.1	45	30.8	22	15.3
pornografia	11	35.5	7	23.3	34	23.4	17	13.7
bioética/fertilização	9	29.0	8	25.8	24	16.1	23	14.8
violência doméstica	6	18.8	8	25.8	20	14.8	52	36.1
trabalho	11	34.4	5	16.1	51	35.7	15	10.4
produção cultural	8	25.8	4	12.9	28	19.4	15	10.3
violação/ assédio sexual	5	16.1	9	29.0	32	12.4	52	36.1
exército	16	51.6	2	6.5	86	60.6	3	2.1

A influência dos homens é percebida em todas as áreas como: drogas, pornografia, trabalho, cultura, exército, etc. Os alunos parecem atribuir alguma influência às mulheres, mas apenas em áreas relacionadas com o corpo feminino: violação, assédio sexual e aborto. Em contraste com estes resultados podemos salientar que estes aspectos são muito ambíguos na nossa legislação: não há leis específicas contra o assédio sexual, a lei do aborto de 1984 não é aplicada, a lei que regula a violação requer tantas provas que dificilmente as mulheres apresentam denúncia. No que respeita à sua consciência da presença das mulheres em posições de alto estatuto, menos de um terço dos alunos e das alunas têm uma estimativa aproximada da correcta, ver quadro que se segue:

Quadro 3

Representação das mulheres em posições públicas (percentagens de respostas na estimativa de 5%)

Mulheres em Posições Públicas	%	alunos		alunas	
		correct	N	%	N
Parlamento Nacional	8.7	24	79.9	75	55.6
Parlamento Europeu	12.5	6	19.9	45	32.9
Altos Cargos na Administração Pública	11.1.	9	30.0	40	28.9
Altos Cargos em sindicatoss	(12.2+19.5):2	8	26.6	46	33.3
Juízas do supremo Tribunal	7.6	15	49.9	68	49.1
Professoras Universitárias	37.1	9	31.0	27	19.7

Interessantemente, a área onde os alunos revelam um menor conhecimento refere-se às mulheres deputadas na Europa, enquanto no caso das alunas refere-se às professoras universitárias. A presença dos homens na vida pública não parece ser facilmente descrita (entre um largo número de atributos); apenas 20% dos/as respondentes concordam em descrevê-los como frios e activos. A presença das mulheres na vida pública é descrita como lutadora, competente e activa, pela maioria dos estudantes.

Quando questionados acerca dos constrangimentos que as mulheres experimentam na vida pública, os/as estudantes revelaram pensar que estes são sobretudo constituídos pela “mentalidade tradicional” e os seus preconceitos contribuem para ver as mulheres ligadas a papéis domésticos e as grandes responsáveis pela educação das crianças:

"Os homens pensam que são superiores às mulheres"

“... mesmo mentalmente é orientada por concepções que consideram as mulheres incapazes”

Os constrangimentos masculinos são apenas percebidos como individuais, ou seja, como tendo ou não capacidades para uma ocupação pública:

"O único constrangimento é que ele pode não se sentir preparado para tal ocupação"

"A idade, incapacidade física”.

Assim, sem quase nenhuma influência nas decisões públicas, as mulheres parecem ser percebidas pelos/as estudantes como sendo mais adequadas para cuidar dos outros e para as relações humanas (os velhos, as pessoas com deficiência, direitos das crianças, pobreza,...). Algumas vozes foram ouvidas, através das perguntas abertas, acerca da igualdade entre homens e mulheres com base na habilidade e capacidade para ocuparem posições públicas. A grande novidade residiu na perspectiva das mulheres como “agentes de mudança”, em oposição aos homens vistos como “agentes de continuidade”:

"É necessário introduzir mudanças (por uma maior presença das mulheres em ocupações públicas)"

"É pela ocupação de posições públicas que as mulheres desmistificam o conceito que tem sido transmitido pelos homens da mulher como um objecto”.

"É tempo de acabar com a sociedade machista onde vivemos e dar possibilidade às mulheres de mostrar as suas capacidades que são muitas".

Isto é baseado numa perspectiva mais política, reconhecendo as desigualdades actuais da situação das mulheres no contexto legal da igualdade formal.

"Há uma igualdade teórica mas na prática há desigualdade"

"A diferença entre homens e mulheres tem diminuído mas ainda são muitas".

Em suma, os/as estudantes pensam que a participação das mulheres na vida pública é restrita e constrangida. As mulheres são percebidas como tendo alguma influência na política educativa, nas leis acerca do aborto, violação, que são (a política educativa é uma excepção) áreas subdesenvolvidas em Portugal. Para além disso, põem acento na presença das mulheres na esfera pública em áreas tradicionalmente relacionadas com a esfera doméstica. Portanto, a imagem das mulheres encerradas no domínio privado, reaparece. A esfera pública, para a maioria dos/as respondentes — ao nível das representações sociais — é ainda para as actividades masculinas, uma reserva masculina em Portugal.

Trabalho assalariado

No que se refere ao trabalho assalariado em Portugal, alunos e alunas defendem a igualdade de oportunidades para ambos os sexos, contudo eles percebem um mercado segregado para homens e mulheres.

Quadro 4

Percepção da relação entre trabalho assalariado e vida familiar (resultados da escala de respostas 'discordo' e 'discordo completamente')

ítems	*	alunos		alunas	
		N	%	N	%
os homens têm o direito de receber um salário mais alto porque têm de sustentar a família	1+2	20	66.7	121	90.2
as mães com crianças pequenas não deveriam trabalhar	+2	4	13.3	66	49.9
algumas ocupações deveriam ser reservadas apenas para um sexo.	1+2	15	50.0	95	70.8
as mulheres se são mães não precisam trabalhar	1+2	20	60.9	106	80.9
as mulheres têm mais vocação para ocupações relacionadas com a saúde, educação e crianças	1+2	15	50.0	46	34.3
os homens têm mais vocação para a liderança	1+2	13	44.8	90	67.1
os homens são menos capazes para cuidarem das crianças	1+2	19	65.5	94	72.6

* ítems da escala utilizada na análise

Os alunos mostram representações mais sexistas do que as alunas em vários tópicos como salários mais altos para homens, as mulheres deveriam ficar em casa se têm crianças pequenas, os homens são mais vocacionados para papéis de liderança do que as mulheres. Similarmente, as alunas têm representações sexistas no que se refere à expressividade e cuidado (com crianças pequenas, trabalho social, etc.).

O padrão emergente no que respeita às relações entre trabalho e vida familiar para o caso das mulheres que trabalham aparece fortemente constrangido pelos deveres domésticos, em especial com a educação das crianças. No que respeita aos homens trabalhadores, parece que não se estabelecerem relações entre vida assalariada e vida familiar. A excepção é o salário que os homens deverão trazer para casa.

"Os homens têm que assegurar a manutenção do lar e a sua gestão financeira. Eles estão encarregados do banco e dos assuntos financeiros e de seguros."

"Homens são o 'sustento' da família, por isso eles têm menos tempo para estar com as crianças".

Além disso, todos/as os/as respondentes mencionaram frequentemente a “mentalidade tradicional” como constrangedor da vida da mulher assalariada. Menos frequentemente salientam a segregação do mercado de trabalho, racismo e discriminação. As características estruturais do trabalho são identificadas como causadoras de prejuízos para as mulheres: as mais visíveis são a exploração económica, a discriminação e desvalorização; como menos visíveis, o assédio sexual, o machismo e a competitividade. A ênfase reside nas características menos visíveis nos locais de trabalho e neste sentido, pode ser dito, que a situação das mulheres parece não ter relação com a estrutura do trabalho sendo apenas relacionada com a própria “condição” de ser mulher. Contudo, considerando que os respondentes também referem:

"o prejuízo económico que os trabalhadores enfrentam devido a obrigação de cumprir os direitos da maternidade"

como argumento central para a não ocupação de trabalho pago pelas mulheres, a estrutura do trabalho como geradora de desigualdades torna-se visível, apesar de não imediatamente perceptível. Consequentemente, a dualidade do papel das mulheres em relação à família e às crianças é de novo afirmada, salientando os atributos biológicos das mulheres.

As dificuldades que as mulheres enfrentam na sua formação profissional também são referidas. Os obstáculos estruturais são mencionados como a inexistência de iniciativas de formação profissional para as mulheres e a inflexibilidade dos horários do trabalho. Os preconceitos masculinos, o machismo, a discriminação, autoritarismo e mesmo o racismo, vistos como subjacentes à cultura ocidental, são referidos. Os respondentes também mencionam que:

"as raparigas são normalmente mais penalizadas do que os rapazes no que respeita ao tempo que precisam para estudar"

juntamente com processos diferenciados de socialização :

"Tudo é criticado: sair à noite sozinha, os sítios onde vamos...nós somos mais constrangidas quando somos novas pelos nossos pais"

Em suma, de acordo com os/as respondentes, a explicação dos obstáculos que as mulheres têm que enfrentar quando realizam trabalho pago está relacionado com dois níveis: a estrutura social ("mentalidade") e a biologia.

"As mulheres têm menos força física e emocional. Menos frieza, discernimento e perseverança"

"As mulheres são menos capazes de trabalhos que requerem força física"

"As mulheres são menos capazes para trabalho que requeiram inteligência"

Pode então ser dito que os argumentos naturalistas prevalecem, uma vez que 'a mentalidade tradicional' se enraíza na biologia.

Relativamente à consciência da situação das mulheres no trabalho assalariado apenas um terço dos/as respondentes têm uma estimativa aproximada das mulheres que trabalham fora da esfera doméstica, no ensino, serviços e ainda menos na agricultura, como podemos ver no quadro seguinte:

Quadro 5

Percentagem estimada acerca da mulher no trabalho assalariado (percentagem de respostas na estimativa de 5%)

	%	alunos		alunas	
		N	%	N	%
% mulheres no trabalho assalariado	45.4	9	32.1	47	35.6
% mulheres na agricultura	51.8	1	3.6	11	8.3
% mulheres nos serviços	59.3	5	17.9	16	12.1
% mulheres professoras	77.5	6	20	34	25.7

Os/as respondentes parecem ter uma noção próxima da realidade no que respeita a segregação sexual em algumas ocupações “feminizadas” como é o caso da enfermagem, ensino primário, educadoras de infância, serviço doméstico, e em algumas ocupações masculinas — direito, arquitectura, construção civil e transportes públicos

Uma vez mais as suas representações sociais reproduzem a tradicional segregação sexual do trabalho. Os alunos não reconhecem tão frequentemente as mudanças que algumas ocupações estão a sofrer no que respeita a sua segregação sexual. Contudo alunos e alunas têm consciência que a medicina se tornou mais feminizada.

Vida privada

A nossa amostra de estudantes identifica dois grandes domínios na vida privada: por um lado, a gestão da vida doméstica, respeitando assuntos financeiros e tomada de decisões à vida pública (questões bancárias, de seguros, impostos, etc.); por outro lado, emerge o domínio afectivo e expressivo como se pode ver no quadro que se segue:

Quadro 6

Percepção do controlo de homens e mulheres na vida privada (resultados das respostas de 'muito controlo' e 'total controlo')

	alunos				alunas			
	H	M	H	M	H	M	H	M
quem decide sobre	N	%*	N	%	N	%	N	%
problemas financeiros	24	88.8	5	19.2	109	83.9	46	36.0
escola das crianças	4	14.8	21	77.8	63	48.5	76	75.9
trabalho doméstico	3	11.1	26	96.3	7	5.3	122	93.6
papeis familiares	17	62.9	23	85.2	87	68.5	75	49.0
disciplina das crianças	11	40.7	17	62.9	92	71.3	98	76.6
local onde reside a família	18	62.6	11	40.7	93	73.2	67	52.7
educação religiosa das crianças	6	22.2	21	77.7	48	37.5	90	70.3
contracepção	13	48.1	16	59.2	77	60.7	92	71.8
método de contracepção	12	46.1	12	46.1	73	55.4	86	67.7
ter filhos	11	40.7	15	55.5	83	64.9	83	64.9
o número de filhos	11	42.3	16	61.6	80	64.0	89	71.2
quem cuida da criança após o nascimento	5	18.5	21	77.7	31	26.9	108	83.7
aborto	14	51.8	20	74.1	61	48.4	98	78.4
casamento	15	55.5	15	55.5	88	69.2	85	66.9
divórcio	11	40.7	10	40.7	92	72.4	83	65.3
violência doméstica	16	61.5	4	15.3	88	71.0	36	29.1

As percentagens referem-se ao universo de quem preencheu os ítems e não ao total da amostra.

Alunas e alunos concordam que os homens têm controlo sobre o primeiro domínio. Pelo contrário as mulheres aparecem a controlar a organização da vida doméstica, nomeadamente fazer compras, educação e disciplinação das crianças.

No que respeita ao conhecimento acerca da legislação referente à vida privada, obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 7

Percentagem de alunos e alunas correctamente informados sobre a legislação na vida privada

	*	alunos		alunas	
		N	%	N	%
É legal:					
uma mulher fazer um aborto a seu próprio pedido	1	11	42.3	61	50.0
um marido violar a sua mulher	0	25	92.6	112	92.6
um homem proibir a sua mulher de trabalhar fora de casa	0	21	77.8	102	83.6
educar uma criança em casa e esta não ir a escola	0	18	66.7	76	62.3

uma mulher ficar com o seu apelido depois de casada	2	19	70.4	99	81.1
uma mulher pode ter uma conta bancária em seu nome	2	19	70.4	101	84.2
uma mulher casada tem direito a manter-se proprietária dos seus bens	2	18	66.7	93	76.9
uma mulher conseguir a custódia dos filhos quando se divorcia	1	20	76.9	96	80.0
uma mulher divorciada é obrigada a pagar uma pensão ao seu ex-marido	1	10	37.0	37	30.8

O conhecimento dos alunos acerca das mães solteiras é muito próximo dos resultados oficiais do nosso país, enquanto que as alunas e os alunos têm um conhecimento aproximado acerca da legislação sobre o casamento e a vida da família (a excepção no que se refere ao aborto). Relativamente às representações sociais acerca da esfera privada, as vidas pessoais das mulheres são vistas, tanto materialmente como psicologicamente, como condicionadas pela esfera doméstica e dominada pelos assuntos familiares.

"As mulheres estão mais constrangidas do que os homens no cuidar das crianças e na relação com a família"

"As mulheres são mais constrangidas do que os homens no que diz respeito ao trabalho doméstico"

Contudo, algumas opiniões das alunas enfatizaram o grau de autonomia que as mulheres possuíam nas tarefas domésticas e educação das crianças.

Mas ao mesmo tempo, a necessidade financeira das mulheres de trabalharem fora de casa, as expectativas profissionais e a autonomia pessoal são reconhecidas e percebidas como sendo facilmente combinada com o espaço doméstico vivido simultaneamente com sentimentos de autonomia e liberdade.

As mulheres são representadas como menos condicionadas na sua expressividade. Mas em paralelo, elas são vistas como menos autónomas em assuntos de gestão financeira e burocracia familiar considerada normalmente como trabalho 'tecnológico' masculino.

Além disso elas são vistas como mais condicionadas do que os homens dada a existência de mais preconceitos em relação a elas, mais restrições na sua liberdade pessoal e autonomia e no seu acesso à vida pública.

Parece claro a partir dos dados recolhidos que as mulheres são vistas, sobretudo através dos seus papéis na maternidade e no cuidar das crianças. É a sua "natureza biológica" que é usada para explicar a sua situação social. Os homens, por seu lado, são percebidos como livres dos condicionalismos domésticos e a paternidade não tem uma relação directa com os papéis sociais. As tensões acabadas de sublinhar enfatizam a perspectiva tradicional da situação das mulheres e direitos sob algumas mudanças.

Breve conclusão

No questionário analisado, nós encontramos uma discrepância entre a construção da cidadania e a cidadania feminina. De facto, a maioria dos/as respondentes parece assumir que a igualdade entre os sexos tem sido estabelecida em Portugal desde a revolução democrática de 1974. Contudo esta é apenas uma igualdade formal.

De facto, as práticas sociais são organizadas em dois papéis segregados na esfera 'pública' e 'privada': para homens um papel instrumental, percebido mais como capaz para a liderança e a racionalidade para problemas financeiros e administrativos nas decisões públicas, trabalho assalariado ou vida doméstica; para a mulher o papel expressivo no que se refere ao cuidado com os outros em ambas esferas, doméstica e assalariada.

Esta representação social parece enraizada no discurso naturalista que legitima uma ideologia da complementariedade, sinónimo de harmonia social. Portanto, as mulheres não são percebidas como seres sociais. A cidadania feminina é definida somente pela sua complementariedade ao homem.

No entanto uma minoria está consciente da necessidade de lutar para a mudança social especialmente na participação activa da mulher em todas as esferas e da eliminação de constrangimentos sociais que impedem as mulheres de terem uma plena cidadania.

Neste cenário, a educação torna-se crucial para a promoção de um novo padrão de conhecimento e desenvolvimento de práticas sociais tendo em conta as desigualdades de género e

promovendo perspectivas para a mudança social.

Referências Bibliográficas

- ARNOT, Madeleine, DELIYANNI-KOUMITZIS, Kiki, ZIOGOU, Roula e ROWE, Gabrielle (1995), "Promoting Equality Awareness: Women Citizens", Interim Report, funded by Comission of European Communities, 1994-95
- PATEMAN, Carole (1992) "Equality. difference, subordination: the politics of motherhood and women's citizenship" in G. BOCK & S. JAMES (eds.) *Beyond Equality and Difference: citizenship, feminists politics and female subjectivity*. Lonndon: Routledge
- PORTUGAL, *Situação das Mulheres* (1994). Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM)

*
- Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE), Faculty of Education, University of Oporto, Portugal